

## OS PAÍSES TROPICAIS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA DO ENSINO SECUNDÁRIO FRANCÊS ENTRE 1925 E 1960

Hervé Thery<sup>1</sup>  
hthery@aol.com

### **Resumo**

O tratamento dos países tropicais nos livros didáticos franceses de Geografia entre 1925 e 1960 reflete o estado da ciência na época, mas a sua organização é estritamente determinada pelos textos oficiais e o conteúdo fortemente influenciado pelo estado da sociedade: neste período, os países tropicais eram principalmente colônias a mais serem exploradas.

### **Palavras-chave**

Livros didáticos, História da geografia, Geografia colonial.

## TROPICAL COUNTRIES IN GEOGRAPHY TEXTBOOKS FOR FRENCH SECONDARY EDUCATION BETWEEN 1925 AND 1960

### **Abstract**

The treatment of tropical countries in French geography textbooks between 1925 and 1960 reflects the state of science at the time, but its organization is strictly determined by the official texts and content heavily influenced by the state of society: in this period, countries tropical were mainly seen as colonies to explore.

### **Keywords**

Textbooks, History of geography, Colonial geography.

Analisar livros didáticos de Geografia é uma das melhores maneiras de aprender “como ela é”, porque nenhuma outra produção geográfica é tão lida como eles. No ensino primário e secundário na França eles são colocados à disposição de todos os alunos, utilizados e discutidos em aulas obrigatórias de Geografia. E como neles os autores têm que se expressar de maneira simples, eles se restringem aos aspectos

---

<sup>1</sup> Habilitation à diriger des recherches (livre docência), Université Paris X Nanterre. Directeur de recherche au CNRS (Creda, UMR7227 CNRS-Université Sorbonne Nouvelle). Professor convidado na Universidade de São Paulo (USP). Endereço: Rua Albuquerque Lins 1169/231B. CEP 01230-001. São Paulo/SP.

considerados essenciais para o corpo de doutrina central da disciplina. Isso pode levar a simplificar demais, mas certamente ajuda a identificar melhor as características principais do discurso, as suas certezas e as suas lacunas. A Geografia se expressa plenamente nestes livros, mais do que em cursos universitários, nem sempre publicados e onde a preocupação pedagógica é menos acentuada.

O estudo a seguir<sup>2</sup> centra-se na visão dos países tropicais, como definidos por Pierre Gourou, nos livros didáticos franceses entre 1925 e 1960. Este recorte e estas datas foram escolhidos porque o pressuposto era de que esta visão deveria ter sido renovada por este livro pioneiro, publicado por volta da metade do período (GOUROU, 1947). O trabalho baseia-se na análise de livros didáticos para o ensino médio, porque os seus autores são, mais frequentemente do que no ensino fundamental, geógrafos reconhecidos (e não educadores profissionais), e porque seus textos são mais substanciais. Dado ao número reduzido de matrículas no ensino secundário na época, esta opção apresenta um viés: embora o seu recrutamento social tenha se expandido ao longo dos anos, o ensino médio continuava a ser destinado para futuros executivos, e não à massa da população.

À medida que o estudo avançava, ficou claro que o fato mais significativo e que mais influenciava sobre o conteúdo e a organização dos manuais era o currículo oficial definindo o conteúdo dos livros didáticos. E ficou rapidamente evidente que a apresentação destes países era determinada pelo fato de que este conjunto foi o principal campo de expansão colonial: o período estudado viu a consolidação e o desaparecimento do império colonial francês<sup>3</sup>.

## A evolução da Geografia

Autores de livros didáticos, e antes deles os inspetores que escrevem as *Instruções oficiais*, tinham desde o início deste período a convicção de um progresso da Geografia, cuja ideia central era que a geografia não mais representava apenas uma descrição. Argumentavam estas instruções: “Fazer listas dos fatos geográficos, descrever,

---

<sup>2</sup> Um artigo pouco diferente deste foi publicado em francês na revista *L'Espace Géographique* (THÉRY, 1988) com figuras em preto e branco. O texto é, majoritariamente baseado na dissertação de mestrado do autor, escrita em 1973 sob a orientação de Philippe Pinchemel na Universidade Paris I- Panthéon Sorbonne. O material utilizado foi o acervo de livros didáticos do *Institut National de la Recherche Pédagogique* (INRP). A dissertação contém um inventário de livros didáticos e um estudo quantitativo da produção da editora Armand Colin

<sup>3</sup> Outra dissertação, nunca concluída, deveria cobrir o período 1870-1925, de maneira a observar os efeitos das conquistas coloniais.

Thery, H.

esta é apenas uma parte do que o ensino da geografia comporta [...] a descrição geográfica chama a explicação: ela já a começa [...] a descrição geográfica não é a descrição literária, e curta, precisa objetiva, reduzida as características que realmente fazem o indivíduo geográfico”.

Essa idéia de Geografia como “disciplina” é sustentada em muitos textos metodológicos (prefácios, advertências, introduções, etc.), que abrem os livros. Podemos mencionar aqui um exemplo, tirado de um dos livros didáticos mais antigos:

Desde o final do século XIX, todo o esforço da escola francesa de geografia tende a destacar a dependência mútua de fenômenos geográficos ... As aulas e livros de Vidal de la Blache finalmente garantiram o triunfo dessas idéias. Assim entendida, a geografia torna-se realmente uma ciência, isto é, um conjunto consistente de fenômenos que podem ser explicados uns pelos outros [Alcan, Première, 1931].

Vastas ambições que, no entanto, quase não aparecem nos textos que compõem os livros. Na *Cinquième*<sup>4</sup>, mesmo em casos nos quais se esperaria uma visão sintética, nos capítulos de “generalidades” que introduzem o estudo dos continentes, de todos os manuais consultados, com duas ou três exceções, abrem-se, uma após a outra, as “gavetas” (relevo, clima, vegetação, etc.) e repetem a geografia-inventário que os prefácios denunciam. O conteúdo dessas gavetas, pelo menos, mudou?

Podemos identificá-lo no caso da apresentação geral do relevo na África, que obviamente muda sensivelmente entre 1925 e 1960. Em 1925 e nos anos seguintes, o primeiro tema abordado ainda é o dos contornos da África, uma tradição que remonta aos velhos portulanos<sup>5</sup>, trata-se de definir a forma do continente, com destaque para as principais características topográficas: “A África é composta de planaltos que montanhas, às vezes muito elevadas separam da costa pouco acessível” [Hachette, *Cinquième*, 1931].

No entanto, o conhecimento do continente melhorou, como evidenciado pelo manual publicado pela Delagrave em 1934: a África é “uma terra muito antiga, parcialmente rejuvenescida por subsidências, falhas e vulcões ... um continente extremamente antigo que as águas marinhas não cobriram desde a era primária”. Finalmente, em 1956, o manual publicado pelas *Éditions de l'école* analisa a extensão do escudo antigo reduzida a uma peneplanície, formas sedimentares, movimentos

---

<sup>4</sup> No sistema escolar francês ingressa-se no ensino secundário com 10-11 anos na *Sixième*, depois sucessivamente a *Cinquième*, *Quatrième*, *Troisième*, *Seconde*, *Première* e *Terminale*, no fim da qual se deve passar o *Baccalauréat* (vestibular) para se ter acesso às universidades.

<sup>5</sup> Carta naval utilizada pelos navegadores até o final da Idade Média, que trazia descrições dos portos, costas marítimas, e linhas utilizadas para representar as direções de uma bússola.

tectônicos. Poder-se-ia, da mesma maneira, destacar os progressos no conhecimento dos climas ou dos solos, mas ainda falta uma visão abrangente dos ambientes tropicais e da sua originalidade.

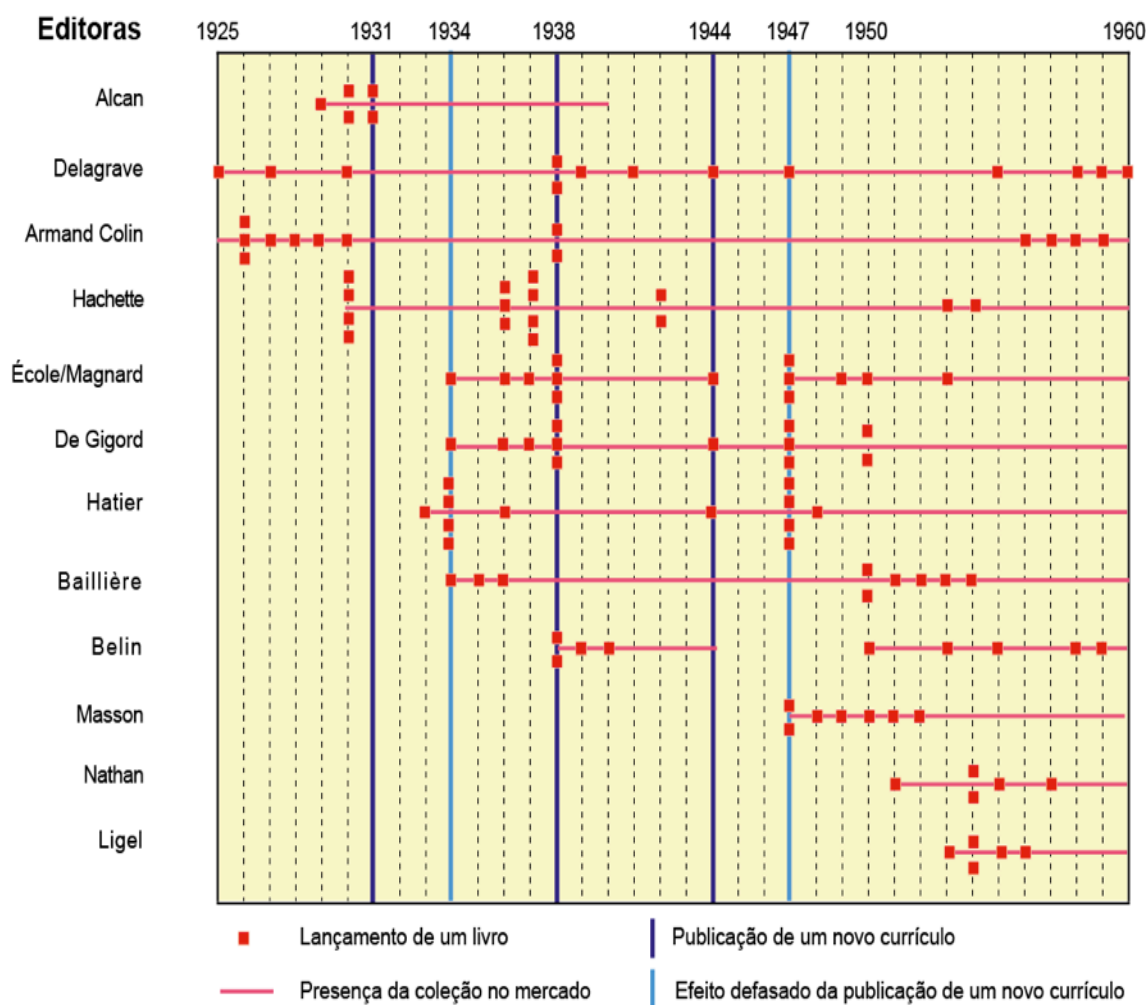
O trabalho dos geógrafos acadêmicos, que perceberam a originalidade dos processos morfogenéticos e pedogenéticos sob clima tropical e equatorial, não são refletidas nos livros didáticos, e muito menos uma concepção mais ampla de uma geografia zonal, embora o artigo fundador de Emmanuel de Martonne, « Géographie zonale, la zone tropicale » (“Geografia zonal, a zona tropical”) tenha sido publicado nas *Annales de Géographie* em 1946 e *Les pays tropicaux* de Pierre Gourou em 1947.

Se o conteúdo de “gavetas” melhora à medida que avança o conhecimento analítico, os recortes antigos continuam, portanto, a prevalecer nos livros didáticos, agravando o efeito de divisão introduzida pelos currículos. Não era um obstáculo muito grave no início do período, quando a própria geografia acadêmica ainda estava, para estes países, na fase do inventário, mas tal fragmentação torna-se francamente prejudicial quando sínteses emergentes e visões mais amplas não encontram seu lugar nos livros didáticos.

A melhor prova disso é que quando o próprio Pierre Gourou poderia ter exposto os seus pontos de vista sintéticos nos capítulos que ele dedica, em 1961, na África colonial francesa (recorte inconveniente, mas obrigatória, uma vez que é um manual de *Première*), ele segue o plano clássico, permitindo-se apenas a notável inovação de descrever o clima antes do relevo. Currículos muito detalhados tornam-se um verdadeiro obstáculo a uma apresentação moderna de regiões, cujo conhecimento tem melhorado, enquanto os textos oficiais não estavam evoluindo.

### **Os limites impostos pelos currículos**

Os livros didáticos oferecidos no mercado estão muito dependentes dos currículos: para serem vendidos, eles devem seguir estritamente a sua letra e o seu espírito, sob pena de não ser recomendados pelos inspetores, que têm múltiplos meios de pressão sobre os professores na hora de escolher os livros para a sua escola. A data de lançamento depende estritamente da publicação de novos currículos, que ele segue imediatamente ou, por vezes, com defasagem, como foi o caso em 1934 ou 1947 (talvez por causa da crise econômica, ou do racionamento de papel após a Segunda Guerra Mundial?).



**Figura 1:** Novos currículos e lançamento de livros no mercado

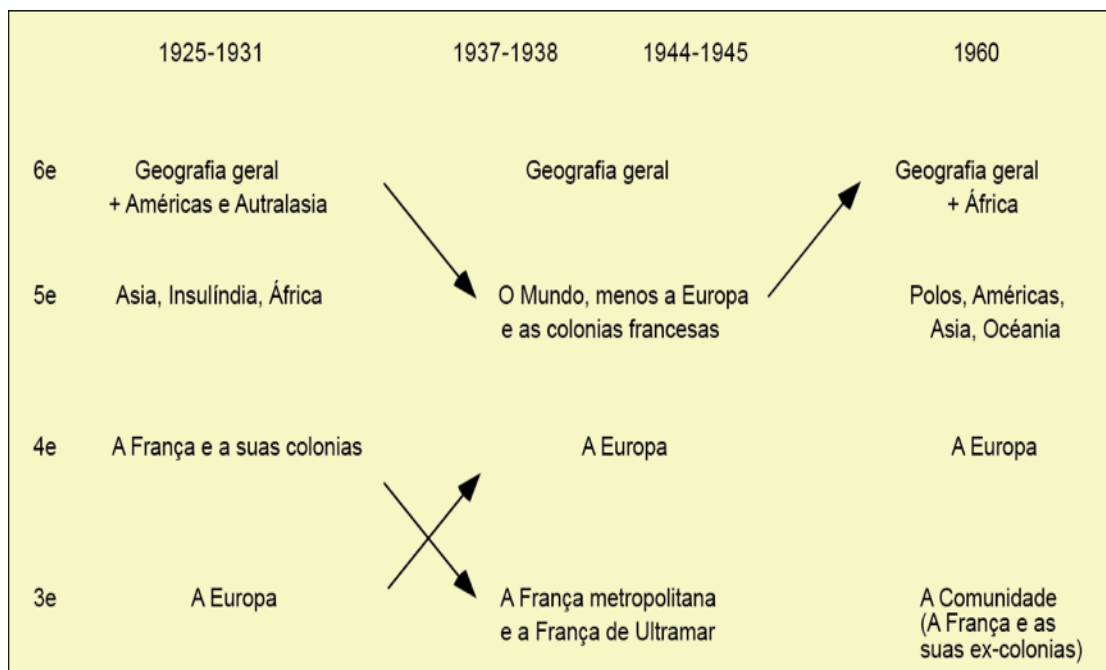
No período considerado, oito currículos sucessivos regeram o ensino da Geografia e, portanto, o conteúdo dos livros didáticos. Eles foram publicados em 1925, 1931, 1937, 1938, 1941, 1943, 1944 e 1945, um nono, sendo publicado em 1960, no final do período. Oito mudanças, ou melhor, sete, já que o de 1941 não teve efeito sobre a geografia: o regime de Vichy<sup>6</sup> reformou o ensino da história e da filosofia, disciplinas consideradas como perigosas, mas não a geografia, provavelmente considerada mais benigna.

Nem todos os níveis de ensino eram afetados pela publicação de um novo currículo, e às vezes trata-se mais de retoques que de reformas. Assim, apenas quatro etapas merecem ser analisadas: 1925-1931, 1937-1938, 1944-1945 e 1960. A figura 1 resume as

<sup>6</sup> O governo que colaborava com as tropas alemãs que ocupavam a França durante a Segunda guerra mundial.

alterações mais importantes, que dizem respeito apenas a primeira parte do ensino secundário (equivalente às 6ª à 9ª série), enquanto o dispositivo do segundo ciclo (equivalente do ensino médio) se mantém inalterado, com algumas mudanças dos títulos: Geografia geral na *Seconde*, a França na *Première*, as grandes potências mundiais na *Terminale*.

Pode-se acrescentar que os currículos de 1925 repetiam praticamente os de 1902, aos que por sua vez eram muito próximos dos que foram estabelecidos no tempo de Jules Ferry<sup>7</sup>, ou seja, teve uma grande permanência do dispositivo geral. Qual é a sua lógica? Ela é, pelo menos, tripla: científica (os diversos ramos da geografia, geral, humana, regional, econômica), pedagógica (organização em dois ciclos completos, o que as Instruções de 1938 enfatizaram fortemente) e concêntrica (para os primeiros anos pelo menos): do geral para o particular, do mundo até a França via a Europa, uma lógica estabelecida pela mudança de currículo de 1938. Nota-se que, quando houve necessidade de reduzir o currículo da *Cinquième*, sobrecarregado por esta reforma, obrigou-se a transferir o estudo de algumas partes do mundo para a *Sixième*, não foi o bloco América-Australasia que foi escolhido, mas a África, provavelmente preferido por ser a principal área de colonização francesa.



**Figura 2:** Principais modificações dos currículos

<sup>7</sup> Ministro da Educação (*Ministre de l'Instruction Publique*) que tornou a escola francesa laica (ou seja, religiosamente neutra) e (politicamente) republicana. Tornou o ensino primário gratuito (lei de 16 de junho de 1881) e obrigatório (lei de 28 de março de 1882).

**Thery, H.**

Estas limitações são agravadas por instruções muitas vezes detalhistas, que indicam como abordar cada aula, definem um plano padrão, com tanta minúcia que cada item deve ocupar aproximadamente cinco minutos. Diante desses entraves, qual é a atitude dos autores? Alguns optam por seguir passo a passo o currículo, outros dizem que querem se afastar dele.

Temos deliberadamente abandonado o tradicional processo que engessa o conhecimento dos países em um molde uniforme e imutável: relevo, clima e vegetação, hidrografia, agricultura e indústria, canais de comunicação [Baillièrè, *Cinquième*, 1935].

Mas estas posições raramente valem para regiões tropicais. Uma exceção é ainda mais notável:

Pensamos que essa redistribuição de conhecimento fosse essencial no momento em que o conceito de continente tornou-se mais significativa, especialmente porque o currículo da *Cinquième* é o único que incentive a seguir esse caminho [Nathan, *Cinquième*, 1952].

Este manual é também o único, junto com aquele que André Cholley coordenou em 1935 na editora Baillièrè, que segue um plano diferente do sugerido pelas instruções, embora este ano seja aquele que tem a flexibilidade. Em todos os outros, a abordagem analítica agrava a fragmentação introduzida pelos currículos.

Passando sob o jugo de currículos oficiais, por respeito aos textos que emanam de autoridades competentes (o que não deixa de ser natural, já que eles são na sua maioria funcionários dos departamentos que os promulga) e do controle da editora (ansiosa de escrever no frontispício suas obras “conforme aos currículos oficiais”), os autores acabam dando dos trópicos uma imagem muito fragmentada, e um lugar muito reduzido. No conjunto, o estudo destes países se limita praticamente à *Cinquième*, quando os alunos têm em média 12 anos. No final da *Sixième* e na *Seconde* o mundo tropical recebe algumas menções nos currículos de Geografia Geral. E na *Terminale* não são estudados entre as “grandes potências” (exceto o Brasil) mas apenas na rubrica de “produtores” de algumas matérias-primas. Um lugar especial, no entanto, é reservado às colônias francesas, estudadas junto com a França na *Troisième* e *Première*, secundariamente às colônias de outros países europeus. Os países independentes desaparecem quase por completo, incluindo a América Latina.

O prefácio do livro de *Première* publicado pela Alcan em 1930 destaca as deficiências do dispositivo: “Às vezes os alunos conhecem bem a França, mas são muito ignorantes da geografia, especialmente da geografia física, de outras regiões do mundo”.

O autor se tranquiliza em parte, continuando: “A variedade de nosso domínio colonial permite ao professor a superar, até certo ponto, essa desvantagem”. Esta é uma ideia que é encontrada nos escritos de L. François e A. Mangin, apelando para o estudo dos “territórios ultramarinos, onde encontramos a diversidade do mundo”. [Hachette, *Première*, 1943]. Recorrer ao Império para corrigir os defeitos devidos à arquitetura geral dos currículos revela que o colonialismo prevalece, nestes manuais, sobre considerações científicas, como o confirma a análise dos conteúdos.

### Um ponto de vista externo

Os países tropicais são vistos de fora, parecem ser vistos a partir do navio que outrora levava os navegadores europeus, e pelo menos até 1935 os capítulos sobre a costa são geralmente os primeiros quando se trata dos países tropicais. Costuma-se descrever primeiro as costas, portos e abrigos que podem ser encontrados, os rios que facilitam a entrada: “Os rios africanos têm estuários pouco favoráveis, [que] oferecem condições de navegação inadequadas” [Hachette, *Cinquième*, 1931], ou “cortados por corredeiras e com um regime geralmente muito desigual, os rios africanos são pobres caminhos” [Alcan, *Cinquième*, 1931]. Mais tarde, na medida em que cresce o transporte aéreo, vê-se o mundo tropical como se chega nele: do alto.

No entanto, ainda há algo desta visão na insistência em ver na África um “mundo fechado”, “o mais fechado de todos os continentes”, com clima “inóspito” ou “repulsivo”: este termo, que se aplica a alguém que vem de fora (e é considerado indesejável), demonstra que a perspectiva é a de um forasteiro, não a dos nativos. E é notável que essas queixas sejam quase sempre feitas sobre a África, onde foi realizada a maior parte do esforço colonial francês, raramente sobre a Ásia, nunca sobre as Américas.

Uma citação resume bem essa perspectiva sobre a África, um continente fechado a ser conquistado, é o resumo apresentado no final do capítulo, a quintessência do que se deve lembrar:

I África, mundo fechado.

A África, continente enorme de costas retilíneas, é pouco acolhedor. Ela apresenta de todos os lados barreiras de altas montanhas (relevo dobrado no Norte e no Sul bordas de planaltos no resto do continente). Suas costas, geralmente planas, são expostas às tempestades e de difícil acesso (barra), seus climas (tropicais e equatoriais) são insalubres, apenas o Norte e o Sul (clima subtropical) são habitáveis pelos Brancos.

II África, terra de colonização.





Os livros didáticos adotam aqui o ponto de vista dos administradores coloniais, e às vezes até fazem juízos de valor sobre as potências rivais: “A Inglaterra voltou a tomar a parte do leão, ao nos tirar do Egito, ao aproveitar as guerras da Revolução para se apossar da Cidade do Cabo, ao quebrar a independência das repúblicas bôeres” [Hatier, *Cinquième*, 1934].

A sentença é ainda mais dura quando o rival é o novo arqui-inimigo, disso derrotado na Primeira Guerra Mundial:

Conhecendo os métodos da administração colonial alemã, a repressão cruel, as requisições arbitrárias e todas as formas de trabalho forçado que despovoaram vastas extensões de território na África Oriental e nos Camarões [...] aos Aliados não hesitaram em declarar “falência da Alemanha no campo da civilização colonial” e em proclamar seu despejo para o bem maior dos nativos” [Delagrave, *Cinquième*, 1934]

Às vezes, eles tentam se consolar por não ter tido a melhor parte, por exemplo, não tendo mais colônias de assentamento: “Temos poucas, mas seriam desnecessárias para um país como a França, onde a população está crescendo lentamente” [Alcan, *Cinquième*, 1926].

### **Colônias de exploração**

Assim, a França tinha um império formado em sua maioria pelas “colônias de exploração”: é uma visão que a maioria dos autores quer compartilhar com os alunos que os leem. Além das riquezas agrícolas e minerais, aparece de forma destacada, nas listas de recursos a ser inventariados, a capacidade da mão de obra dos indígenas, visto ser necessária para o desenvolvimento dos outros setores. O ponto de vista aqui é claramente o de administrador ou contratante, francamente exposto aos alunos:

Em regiões costeiras ricas, a população indígena é muito escassa e com preguiça de fornecer a mão de obra necessária para uma grande exploração comercial [Hatier, *Cinquième*, 1934]. Dificilmente eles se doham à disciplina imposta por uma civilização mais avançada e é por isso que eles são, por vezes, acusados de serem preguiçosos [Baillière, *Cinquième*, 1935].

A situação aqui é mais uma vez particularizada à África, menos favorável do que em outras colônias francesas, como a Indochina, onde: “A mão de obra indígena é abundante e, sobretudo, muito barata, o “fator humano” está na Indochina em condições muito mais favoráveis para fins de exploração pela Europa que na África Ocidental” [Alcan, *Cinquième*, 1926]. Na África, de fato, deve-se empregar subterfúgios:

They, H.

É possível atrai-los em plantações ou minas, onde devem realizar trabalhos duros. O Preto gosta da roupa bonita, do objeto desconhecido que parece um luxo. Ao oferecer-lhe um salário, não importa quão pequeno, que lhe permite satisfazer seu desejo, ele é atraído para os trabalhos mais difíceis [Baillièrè, *Cinquième*, 1935].

Mas a verdadeira solução é de mais longo prazo e exige investimentos aparentemente não rentáveis:

Os Negros<sup>8</sup> africanos ... são poucos, pouco trabalhadores e muito mal educados para fornecer as ferramentas de uma exploração intensa. Repovoar África pela diminuição da mortalidade infantil, fazer os Negros gostar do trabalho, inculcar conhecimentos técnicos básicos, é uma tarefa de longo prazo que a multiplicação das clínicas e escolas irá acompanhar. [Alcan, *Cinquième*, 1926].

A ligação é assim estabelecida entre a missão civilizadora e os benefícios a serem obtidos a partir da colônia, como é, por vezes, francamente observado:

É dever de todos os franceses de contribuir, na medida das suas forças, para difundir o seu idioma, que espalha pelo mundo as ideias generosas que nos fazem amar França e aumentar a sua autoridade moral. Além disso, a expansão da nossa língua é um poderoso auxiliar da difusão dos nossos produtos [Alcan, *Cinquième*, 1926].

Isso dá uma tonalidade nova às declarações clássicas – e muito provavelmente sinceras – sobre os motivos da colonização francesa: “A França, com a ousadia de seus exploradores e oficiais, construiu um vasto império, necessário para o seu comércio, mais necessário ainda para sua defesa, mas em que as preocupações da civilização ... vem antes daquelas de exploração” [Hatier, *Cinquième*, 1934].

As justificativas são, por vezes, mais estranhas, como aquelas que explicam a intervenção europeia pela necessidade de acabar com a escravidão:

Comerciantes de escravos organizavam caçadas humanas e levavam de volta longas filas de prisioneiros, destinadas quer às monarquias despóticas do Islã ou às plantações de algodão americanas. Será a honra para a Europa ter impedido e terminado este comércio hediondo, repugnante, do homem pelo homem [Delagrave, *Cinquième*, 1934].

---

<sup>8</sup> A palavra usada em francês é “*nègre*”, que tomou ao longo do tempo uma conotação pejorativa. Fora o seu uso pelo movimento *Négritude* e em expressões como *Art nègre*, ela é hoje considerada um insulto, *grosso modo* equivalente a “crioulo” em português ou “*nigger*” em inglês.



**Figura 4:** Uma aldeia de *nègres* – uma denominação hoje inaceitável – no Sudão, In S. Blin, M. Kuhn, R. Ozouf, *Mon premier livre de géographie*, CE1, Delagrave 1952.

Às vezes autores avançam ainda mais longe nos juízos de valor, caindo em um racismo sem disfarces:

Nas regiões onde tem muitas bananas, o Negro se deixa viver, sem dar mais dor do que pegar frutas das árvores. Como ele não é impulsionado pela necessidade, é mole, indolente, corrupto e covarde, e se a necessidade de comer carne é sentida muito imperiosamente, ele se alimenta de carne humana: é um canibal [...]

Os habitantes destas regiões geladas parecem adormecidos nas peles que usam para vestuário: eles estão tristes, doentes e de inteligência subdesenvolvida [...]

Os japoneses, que se sentiriam insultados ao ser confundidos com chineses, são geralmente bem proporcionados, de crânio grande. Podemos distinguir dois

tipos deles, um tipo fino, esbelto e de nariz reto, nas classes mais altas da sociedade, e um tipo grosseiro, atarracado, de rosto largo, maçãs do rosto proeminentes e nariz achatado, na massa do povo “[Delagrave, *Cinquième*, 1934].

A data destas citações as situa no culminar do sistema colonial, logo após a Grande Exposição Colonial de 1931, que reuniu em Paris amostras arquitetônicas e humanas de todo o Império (DULUCQ 1991). Não se acha mais textos tão caricaturais após essas datas, na medida em que a Segunda Guerra Mundial e a descolonização minam o Império, os autores se afastam da perspectiva colonial. Contudo, eles não questionam o trabalho feito, como é evidenciado por duas citações do final do período:

A França transforma os países de Ultramar [...] ela melhora as condições de vida pela luta contra a doença e a ignorância, ela transforma as suas economias. A França garante um mercado aos produtos tropicais. A França fornece capitais e técnicos. [Hatier, *Cinquième*, 1958].

Ao segundo império colonial do mundo, depois da *Commonwealth* [a Comunidade] trouxe, apesar das muitas dificuldades, os benefícios de uma civilização generosa. Como as outras nações civilizadoras, viu por muito tempo nesses territórios fontes de matérias-primas e mercados para a indústria metropolitana. Mas, ao mesmo tempo, ela cumpriu a sua missão educacional dos povos dos territórios ultramarinos. Ela os iniciou à civilização europeia, isto é, ao progresso material e humano [Éditions de l'école, *Cinquième*, 1959].

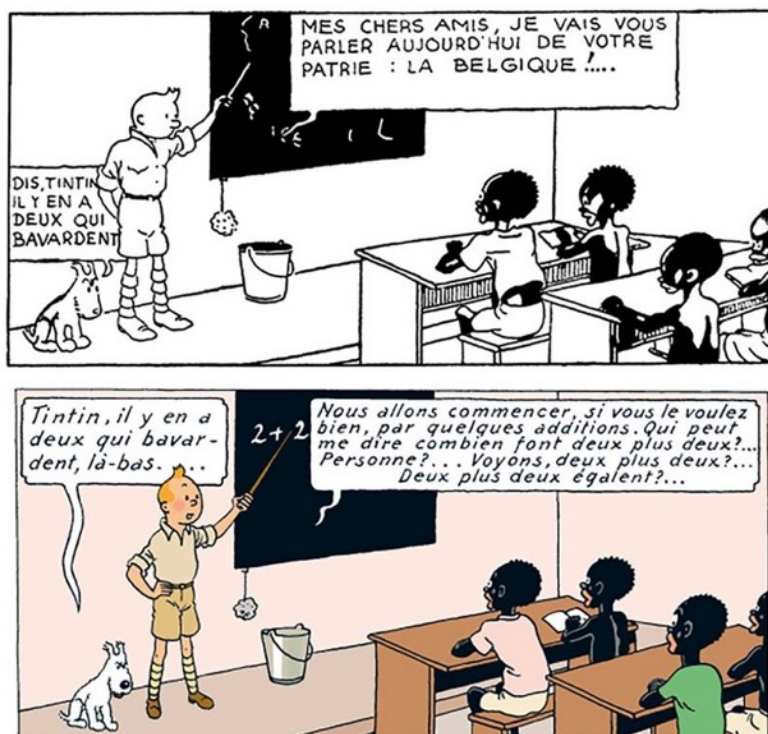


Figura 5: Duas versões do mesmo quadro de *Tintin au Congo*, 1930 e 1946

## Geografia tropical, geografia colonial, geografia datada

Procurando a tropicalidade encontramos nos livros didáticos uma geografia colonial, influenciada por currículos igualmente marcados pela história colonial. Pela insistência sobre as colônias francesas, a ênfase sobre os recursos exportáveis – incluindo neles o trabalho dos indígenas – pela defesa da aventura colonial, esses livros, com raras exceções, têm ajudado a justificar a expansão francesa nos territórios ultramarinos. Nisso os livros de geografia não se distinguem de outros livros didáticos, nem da opinião da maioria do país nesta época, porque se os livros didáticos são, certamente, parte da geografia, eles também fazem parte do seu tempo e da sua ideologia.

Eles são também, por conta do peso dos currículos e das instruções oficiais, parte de uma instituição educacional muito centralizadora e muito detalhista. Disso, os autores dificilmente podem escapar, hoje como ontem. No máximo eles podem fazer suas as ideias que o grande geógrafo Jean Brunhes afirmava em 1934, no prefácio à série de livros em que ele coordenou na editora Hatier: “Não nós cabe reformar os currículos ou os exames. Que solução procurar? Compor livros didáticos que fazem perceber o essencial por processos mais expeditos, mais demonstrativos, mais reveladores”. Uma assertiva que ainda vale hoje em dia.

### Referências Bibliográficas

- ALCAN. **Classe de Cinquième**. Paris, 1926.
- ALCAN. **Classe de Première**. Paris, 1931.
- BAILLIERE. **Classe de Cinquième**. Paris, 1935.
- CHOLLEY, André. Coord. BAILLIERE. **Classe de Cinquièm**. Paris, 1935.
- DELAGRAVE. **Classe de Cinquième**. Paris, 1934.
- DULUCQ, Sophie. **L'Exposition coloniale de 1931**. Cartographie de l'imaginaire colonial. M@ppemonde 1/91. Disponível em: <http://www.mgm.fr/PUB/Mappemonde/M191/EXPOCOLO.pdf>, 1991
- GOUROU, Pierre. **Les pays tropicaux**. Paris, Presses Universitaires de France, 1947.
- HACHETTE. **Classe de Cinquième**. Paris, 1931.
- HACHETTE. **Classe de Première**. Paris, 1943.
- HATIER. **Classe de Cinquième**. Paris, 1934.
- HATIER. **Classe de Cinquième**. Paris, 1958.
- BLIN, Suzanne; KUHN Maurcie; OZOUF, René. **Mon premier livre de géographie**, CE1, Delagrave 1952.

**Thery, H.**

MARTONNE, Emmanuel de. Géographie zonale, la zone tropicale. In: **Annales de Géographie**, n. 297, 1946.

NATHAN. **Classe de Cinquième**. Paris, 1952.

THÉRY, Herve. Les pays tropicaux dans les livres de géographie: manuels de l'enseignement secondaire entre 1925 et 1960. In: **L'Espace Géographique**, tome XVII n° 4, 1988. p. 299-306.

Recebido em 30 de agosto de 2014.

Aceito para publicação em 21 de novembro de 2014.